

AGRICULTURA CAMPONESA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO ITUQUI: UMA ANÁLISE DA COMUNIDADE NOVA VITÓRIA¹

Ana Rita Rêgo Duarte²
Fred Wilson Da Silva Leal²

RESUMO

O artigo apresenta uma breve análise da agricultura camponesa no Projeto de Assentamento Ituqui, mas precisamente na comunidade Nova Vitória, destacando o modo de produção dos produtos agroextrativista e o modo de viver de seus moradores. O presente trabalho se desenvolveu através de um levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, onde ocorreu uma observação *in locus* para obtenção de informações precisas voltadas ao tema abordado. O assentamento está localizado no município de Santarém, mesorregião do Baixo Amazonas, Estado do Pará, na Vicinal A, na Rodovia Santarém-Curuá-una (PA 370). Os assentados da referida comunidade desenvolvem sua produção em meio a falta de estrutura adequada e suporte técnico, vivendo em condições precárias, sendo que os produtos cultivados são suficientes para o seu próprio consumo e de seus familiares, mas não para suprir as necessidades básicas dessa população. Conclui-se, portanto, que a comunidade Nova Vitória é um lugar onde a agricultura camponesa é visível, sendo que a produção acontece em meio à precariedade, principalmente pelo fato de não haver suporte apropriados para o desenvolvimento dessa atividade. Entretanto, os produtos cultivados, a criação de animais e a atividade extrativista são fatores os quais vem somar para a renda dos assentados do referido local, assim como também, contribuir para a sobrevivência dos mesmos e de seus familiares.

Palavras-chave: Assentamento. Agricultura camponesa. Comunidade.

ABSTRACT

The article presents a brief analysis of peasant agriculture in the Ituqui Settlement Project, but precisely in the Nova Vitória community, highlighting the way of production of agroextractivist products and the way of living of its residents. The present work was developed through a bibliographical survey and field research, where an *in locus* observation was obtained to obtain accurate information on the subject. The settlement is located in the municipality of Santarém, meso-region of Baixo Amazonas, State of Pará, in Vicinal A, on the Santarém-Curuá-una Highway (PA 370). The settlers of this community develop their production in the midst of a lack of adequate structure and technical support, living in precarious conditions, and

¹ Trabalho apresentado à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) como requisito para obtenção do título Licenciatura Integrada de História e Geografia. Santarém, 19 de Dezembro de 2017. Orientação neste trabalho da Profa. Ma. Luciane Silva da Costa Marinho.

² Graduandos em Licenciatura Integrada de História e Geografia (Plano Nacional de Formação de Professores – PAFOR/UFOPA Santarém). E-mail: rita_regoduarte@hotmail.com.

the products grown are sufficient for their own consumption and their families, but not to meet the basic needs of this population . It is concluded, therefore, that the Nova Vitória community is a place where peasant agriculture is visible, and production occurs in the midst of precariousness, mainly because there is no appropriate support for the development of this activity. However, the cultivated products, the raising of animals and the extractive activity are factors that add up to the income of the settlers of the mentioned place, as well as, contribute for the survival of the same and their relatives.

Keywords: Settlement. Peasant agriculture. Community.

1 INTRODUÇÃO

O Projeto de Assentamento Agroextrativista ³ (PAE) Ituqui foi criado através do Decreto Lei nº 806 de 17 de setembro de 1987. O mesmo reúne trabalhadores rurais de diferentes lugares, como por exemplo: piauienses, maranhenses, cearenses, dentre outros, que enfrentam inúmeros problemas que, na maioria das vezes, aumentam em razão de diferentes fatores decorrentes da própria contradição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA ao assentar tais famílias.

Essas contradições estão expressas no descaso por parte do referido instituto, desde o ano de 2006, sem prestar às devidas assistências às famílias assentadas. Soma-se a isso, a luta dos trabalhadores em permanecer na terra pelas constantes ameaças do agronegócio e a posição do governo frente estas propostas.

As evidências empíricas nos fazem crer não ser possível entender o campesinato e a questão agrária desconsiderando as formas e os processos de apropriação e uso agroextrativista dos recursos terra/ água/ floresta na Amazônia brasileira. Nesse recorte espacial, o camponês é polivalente desenvolvendo trabalho de agricultor, pescador e extrativista, e não vê o trabalho familiar descolado desses diferentes ambientes combinados reciprocamente. Portanto, é na apropriação e uso agroextrativista desses recursos que o espaço local é produzido, por eventos histórico-geográficos contraditórios que reestruturam formas de uso do território.

³ Os Assentamentos de tipologia PAE (Projeto de Assentamentos Agroextrativista) [...] são projetos destinados a trabalhadores extrativistas, seringueiros, ribeirinhos que conciliam atividades agroextrativistas, criação de animais, atividades agrícolas e ambientais diferenciadas de sustentação familiar e baixo impacto ambiental. (CORREA; RIBEIRO; SILVA, 2014, p. 7-8).

Na comunidade Nova Vitória, comunidade esta que faz parte do Projeto em questão, devido à falta de suporte técnico e infraestrutura, muitos trabalhadores rurais assentados vivem em condições de produção precárias, visto que, mesmo produzindo o suficiente para sua própria alimentação não é o bastante para suprir suas necessidades básicas em função de um conjunto de situações que lhes impedem a apropriar-se dos meios de existência através do trabalho.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar sobre a agricultura camponesa na comunidade Nova Vitória, localizada no PAE Ituqui e, como objetivos específicos: elucidar sobre a questão agrária em Santarém; compreender o que vem a ser agricultura camponesa e apresentar informações sobre o extrativismo vegetal e animal, os principais produtos cultivados e os animais criados na comunidade Nova Vitória.

A realização deste trabalho deu-se através de uma pesquisa bibliográfica, de campo, com abordagem qualitativa e estudo de caso.

Segundo comenta Teixeira (2005, p. 124), “o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico”. Nesse contexto retrata-se a realidade de forma completa e profunda, enfatizando a complexidade da situação procurando revelar a multiplicidade de fatos que a envolvem e a determinam. O estudo de caso é um tipo de pesquisa qualitativa.

A pesquisa de campo, segundo Gil (2002) vem ser desenvolvida através da observação direta com a situação em estudo. Assim sendo, o local escolhido para essa observação foi a comunidade Nova Vitória.

Já a pesquisa bibliográfica, segundo Severino (2007, p. 122) é “[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses, etc [...]”. Mediante ao exposto, foram utilizados acervos (livro, artigos, monografias *on line*) e *sites* para a realização da pesquisa bibliográfica, com a finalidade sustentar e esclarecer melhor sobre o assunto, tendo como base: Barros (2010); INCRA (2017), Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2017), Silva (2014), dentre outros autores.

2 QUESTÃO AGRÁRIA NO PARÁ E EM SANTARÉM

O Brasil é um país possuidor de uma grande extensão de terras agricultáveis. Atualmente, diversas terras são passíveis de desapropriação, fato este que ocorre por causa do Brasil ter a mais alta concentração de terras do mundo, e grande parte dos latifúndios serem improdutivos.

Diante desses fatos, a reforma agrária é considerada a melhor opção, uma vez que aumentará a produção agrícola do nosso país, assim como também a exportação, além de elevar o desenvolvimento da economia brasileira. A Reforma Agrária constitui uma forma de intervenção do Estado na propriedade privada e, conseqüentemente no domínio econômico. Atualmente, prevalece o conceito sobre Reforma Agrária contido no Art. 1º, § 1º, Lei 4.504/64 do Estatuto da Terra o qual dispõe o seguinte: “considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade” (BRASIL, 1964, p. 1).

O principal instrumento para a realização da Reforma Agrária é a desapropriação para fins de Reforma Agrária dos imóveis que não cumpram a função social, de competência da União. Os requisitos são expostos no Art. 186 da Constituição Federal de 1988.

Todavia, cabe ao INCRA, o qual foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.110/1970, as atribuições ligada à implantação da Política de Reforma Agrária no Brasil (BRASIL, 1970). Atualmente, o que se busca com a Reforma Agrária implantada no país, segundo o Incra (2015, p. 1) encontra-se voltada para:

[...] é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Devido à complicada estrutura fundiária existente no Estado do Pará, os conflitos decorrentes da posse e uso da terra, seja pelo Estado, capital ou pelas populações migrantes e tradicionais que se encontram territorializadas nesses

espaços, tornaram-se frequentes e graves (CORREA; RIBEIRO; SILVA, 2014; QUINTANS, 2008).

Nesse entendimento, Quintans (2008) enfatiza que o estado em questão tem sido palco de intensos conflitos pela posse de terra e, Santarém, cidade que fica localizada no oeste do estado do Pará, geograficamente estratégico na confluência dos rios Amazonas e Tapajós, entre Belém e Manaus, não fica fora desse contexto.

Nessa região, de acordo com que explica Barros (2010), as terras são públicas, sendo que seu domínio, às vezes, acaba sendo disputado pelo Estado e pela União. Tais órgãos tem baixa presença na região, ausência essa identificada não somente em ações de comando como também, de controle e na provisão de infraestrutura e serviços públicos.

Para a autora, o campesinato que existe no município santareno, nunca teve nenhuma segurança jurídica no que tange a posse da terra. Aos migrantes é negado tal poder, mediante as circunstâncias que acabam impedindo a consolidação do assentamento ou mesmo do projeto de colonização, enquanto que para os caboclos, é negado porque a segurança jurídica oferecida por um título de domínio só se faz necessário mediante as situações de conflito, no momento em que seu direito de ali viver passa a ser questionado ou desconsiderado. Nesse entendimento, afirma que:

Esses dois grupos populacionais distintos disputam a terra com empresas mineradoras, agropecuárias e madeireiras, além de projetos governamentais, de acordo com a conjuntura macroeconômica vigente. É quando se mobilizam e pedem ao governo a destinação oficial da área, seja na forma de assentamento de reforma agrária, ou da criação de áreas protegidas destinadas ao uso sustentável dos recursos naturais. Mas, sua luta é dura e raramente bem sucedida (Ibidem, p. 5).

Correia, Ribeiro e Silva (2014) sustentam que existe no oeste paraense a criação de projetos de assentamentos cuja finalidade encontra-se voltada para obtenção de terra, através da arrecadação, por serem terras devolutas, incorporadas ao patrimônio público (União, Estados e Municípios) e sobre a qual não pese nenhuma contestação promovida por terceiros quanto ao seu domínio ou posse. Os autores complementam que é nessas terras que posseiros ribeirinhos, quilombolas, indígenas reproduzem seus modos de vida, sustento, agricultura de domínio de suas áreas através simples, tornando suas terras passíveis á entrada de agentes externos, ocasionando conflitos de ordem territorial, econômica e cultural.

A dinâmica dos assentamentos acontece de forma limitada, impostas pelos órgãos e governantes, permitindo administrar novas estruturas e novos personagens da produção familiar rural. Carvalho (2010) ressalta que a constituição do assentamento é resultado de um decreto administrativo do governo federal que estabelece condições legais de posse e uso da terra. Assim sendo, o assentamento é fruto de um ato administrativo que limita o território, seleciona as famílias a serem beneficiadas, etc., sendo, portanto, artificialmente constituído, criando um novo ambiente geográfico e uma nova organização social.

Os assentados trazem consigo algumas propostas econômicas e sociais para grande parte dos trabalhadores brasileiros, que estão à margem da sociedade e fora do processo de produção vigente e, conformam a questão agrária brasileira.

É importante ressaltar que a implantação de um projeto de assentamentos equivale um processo caracterizado por lutas, por resistências por desapropriações, de movimentos sociais e socioterritoriais ou por projetos governamentais estaduais ou federais. As disputas por territórios são causadas pela introdução do agronegócio, por fazendeiros e outros posseiros não autorizados por órgãos governamentais federais, estaduais e municipais e agentes comunitários locais, na referida comunidade.

No que diz respeito à definição de assentamento, a Resolução Nº 387/2006 do CONAMA (apud CORREA; RIBEIRO, SILVA, 2014, p.2) afirma ser um:

Conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à reforma agrária, de natureza interdisciplinar e multisetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares.

Portanto, pode-se citar como projeto de assentamento no município de Santarém, o Projeto Corta Corda, a Gleba Pacoval, o Projeto Ituqui, objeto deste estudo, dentre outros. O Projeto de Assentamento Ituqui (PAE Ituqui), segundo dados do INCRA (2017), possui uma área de 23.340,43 hectares, capacidade para 420 famílias e, atualmente encontram-se assentadas 314 famílias. O referido PAE encontra-se formado por 17 comunidades, quais sejam: Pau d'arco, Patos, Santana, Cabeceira, Santarém Miri, Pacoval, Igarapé das Pedras, Repartimento, Santo André,

Serra Grande, P. Ituqui, Tapera, Limão Grande, Nova Esperança, Poço Branco, Nova Aliança e Nova Vitória.

2.1 AGRICULTURA CAMPONESA

De acordo com que argumenta Silva (2014, p. 17) “a agricultura de um modo geral trata do trabalho agrícola como um todo [...] é a lavoura ou o cultivo da terra e inclui todos os trabalhos relacionados com o tratamento do solo e a plantação de vegetais”. A mesma vem ser uma das atividades básicas da humanidade e foi responsável pelas primeiras grandes transformações ocorridas no espaço geográfico.

Portanto, a agricultura encontra-se voltada na transformação do meio em busca de satisfazer as necessidades do ser humano, seja ela agricultura patronal ou capitalista, familiar ou camponesa. Silva e Mendonça (2012) sustentam que a agricultura camponesa é apontada como uma atividade responsável pelo abastecimento interno da população brasileira. Costa e Carvalho (2012, p. 26 apud SILVA, 2014, p. 17) a define como sendo:

[...] o modo de fazer agricultura, de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação.

Assim sendo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa tem como base a produção gerada pela família, ou seja, está direcionada para a agricultura familiar. A agricultura familiar é um modo de viver, se organizar e produzir no campo. Nesse tipo de agricultura as responsabilidades e as tarefas diárias são partilhadas entre as famílias que constituem o grupo.

A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2017, p. 1) dispõe que “o Estado do Pará possui mais de 196 mil estabelecimentos de agricultura familiar”. Complementa ainda que tais propriedades ocupam uma área de quase sete milhões de hectares onde vivem e trabalham mais de 665 mil agricultores familiares. Segundo a referida Secretaria, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) é o órgão que dá apoio aos agricultores familiares.

A agricultura camponesa ou campesinato, como também é conhecida, é expressa em distintos segmentos no contexto rural brasileiro, a exemplo do posseiro, do parceiro, do rezeiro e, inclusive, do imigrante nordestino chegando à Amazônia no programa estatal de colonização dirigida da década de 1970. Mesmo na intenção bastante bem explicada de se programar o capital na região da Transamazônica, as contradições inerentes ao processo acabaram por gerar as condições para a reprodução camponesa (OLIVEIRA, 2005). Nesse processo desigual e contraditório, o campesinato luta e, até, aumenta.

3 PAE ITUQUI: UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE A COMUNIDADE NOVA VITÓRIA

Dentre as dezessete comunidades que fazem parte do PAE Ituqui encontra-se a Comunidade Nova Vitória. Segundos dados coletados em decorrência da pesquisa *in locus* realizada através de uma conversa informal, o nome da referida comunidade deu-se pelo fato de uma nova vitória conquistada pelo povo, pois a terra que hoje engloba a comunidade era propriedade de um fazendeiro cuja fazenda era intitulada pelo nome “Só Boi”, e foi desapropriada pelo INCRA para no espaço criar o assentamento Ituqui.

No ano de 1988 chegaram os primeiros moradores, o Senhor José de Lima que veio pelo rio Curuá-una e o Sr. Francisco Lulu, vindo da comunidade “Igarapé das Pedras”, município de Prainha. Ambos descobriram o lugar por meio da realização de caçadas e, por serem conhecedores de terras, entendiam que o espaço era fértil, próprio para agricultura. Então, entraram como se diz, “com a cara e a coragem”, visto que, o acesso era através de veredas pela mata. E, desde então, corria a notícia da terra boa e, assim, inúmeras pessoas, de vários lugares chegaram e fizeram abertura na mata para o plantio.

Em meados dos anos de 1999 foi criada a associação dos produtores, intitulada Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores de Nova Vitória do Ituqui (APANVI), e a igreja católica. Na época não tinha escola, entretanto, os poucos alunos que haviam, estudavam em outra comunidade chamada “Limão Grade”, a 7Km de Nova Vitória. Não havia micro abastecimento de água, devido a tal fato, os comunitários tinham que ir buscar água em uma cacimba, localizada na

comunidade “Santo André”, distante a 6 km. Porém, a maior dificuldade existente era uma ladeira (serra).

Assim como na maioria das comunidades interioranas, os mitos e as lendas, como por exemplo, o curupira e o surgimento de fogo durante a noite, assombravam os moradores da comunidade Nova Vitória.

Atualmente, a referida comunidade encontra-se formada por 58 famílias, possui micro sistema de abastecimento de água, campo de futebol, ônibus vindo para o centro da cidade de Santarém, realizando uma vez por dia essa rota, quatro igrejas, quais sejam: Católica, Assembleia de Deus, Quadrangular e Igreja da Paz e, uma escola que atende também alunos de outras cinco comunidades que chegam até esta instituição de ensino, transportados pelo ônibus escolar.

Figura 1: Micro abastecimento de água da Comunidade Nova Vitória



Fonte: LEAL, Fred (2017)

Figura 2: Escola da Comunidade Nova Vitória



Fonte: LEAL, Fred (2017)

Com relação ao assentamento, a comunidade Nova Vitória tem 40 lotes de 50 hectares, porém, várias pessoas que receberam esse lote de terra, não habitam

mais nesse local, já são outros moradores. Os remanescentes são poucos. Alguns moradores possuem o título da terra, outras são portadores de somente o protocolo. Entretanto, existem aqueles que nada têm para provar que são os donos da terra, estão apenas trabalhando na parcela, sem documento algum.

Figura 3: Assentamentos na Comunidade Nova Vitória



Fonte: LEAL, Fred (2017)

Existe na comunidade em questão, um núcleo de povoamento chamado de agrovila, cada parceleiro⁴ tem o direito de um espaço para fazer sua casa ou de um filho. Assim, também, fora liberada para outras pessoas para um rápido povoamento.

Desde o ano de 2005 que não se tem uma vistoria de constatação do órgão responsável e nem assistência técnica. A população que reside na comunidade Nova Vitória vive de seus esforços, passando muitas dificuldades para obter uma boa produção. Assim sendo, sem suporte técnico e também, infraestrutura adequada, muitos assentados vivem em condições de produção precárias, produzindo o suficiente para sua própria alimentação e de seus familiares, porém, não é o bastante para suprir as necessidades básicas, fato este que acontece em função de um conjunto de circunstâncias que lhes impedem a apropriar-se dos meios de existência por meio do trabalho.

Portanto, as diferentes atividades desenvolvidas na comunidade de Nova Vitória, no PA Ituqui são realizadas utilizando técnicas tradicionais, sem preocupação de fazer as correções necessárias do ambiente e recursos naturais explorados, ocasionando baixa quantidade e qualidade de suas produções.

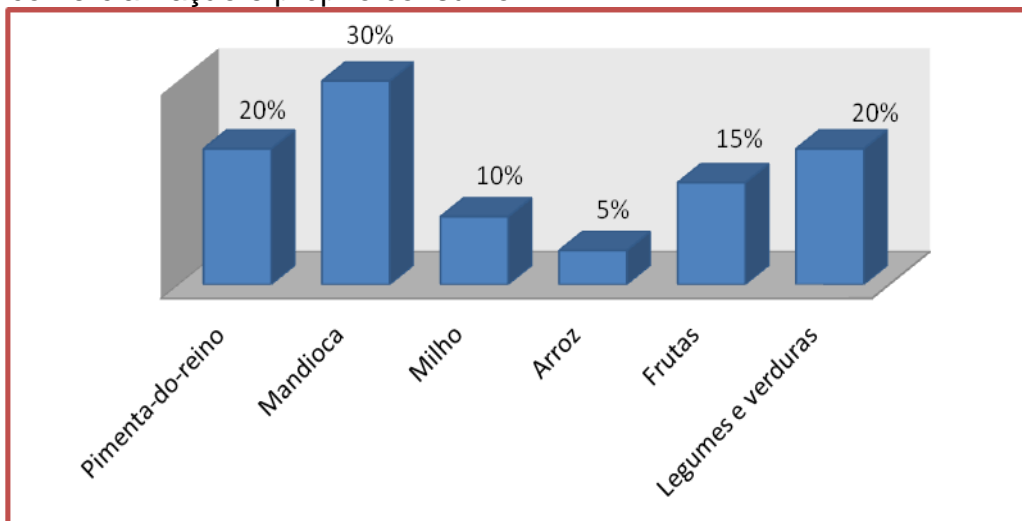
Silva (2014, p. 18) esclarece que a produção camponesa se mantém, por meio da:

⁴ "Parceleiro", aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada (art. 4º, inciso VII, da Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964).

[...] formação social, resistência, valores culturais, saberes e fazeres de um povo utilizando o acesso de forma livre e autônoma de relação com a terra, floresta e águas respeitando-as e mantendo os valores culturais de recursos auto criados e auto manejados na prática produtiva e valorizando as formas de apropriação, redistribuição e consumo de bens materiais e sociais. Nesse sentido, vale ressaltar que o modo da agricultura camponesa não está separado do modo de viver das famílias, isso quer dizer que é um valor de referência da agricultura camponesa.

Diante desse contexto, pode-se afirmar que na comunidade Nova Vitória é desenvolvida a agricultura camponesa, sendo que os produtos cultivados na referida comunidade servem para a alimentação das famílias e comercialização. Dentre tais produtos, pode-se citar: a pimenta-do-reino; a mandioca; o milho; o arroz; as frutas, como por exemplo: jambo, laranja, tangerina, pupunha e abacate; legumes e verduras (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Produtos cultivados na Comunidade Nova Vitória para comercialização e próprio consumo.



Fonte: Dados coletados na Pesquisa de campo. Out/2017

É possível averiguar, no gráfico 1, que a mandioca apresenta o maior percentual (30%) de produtos cultivados na comunidade em estudo, em segundo lugar aparece a pimenta-do-reino e, os legumes e verduras, com um percentual de 20% cada, seguidos das frutas (15%), do milho (10%) e por último, apresenta-se o arroz (5%).

A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2016) afirma que o Estado do Pará lidera a produção nacional de raiz de mandioca, sendo responsável por 20% de toda a produção. No entanto, quando voltado para a produção ocorrida no Estado do Pará, 93% dessa produção é oriunda da agricultura

familiar, sendo a mesma responsável ainda por 84% da produção de arroz e 69% da produção de milho, cultivados no Estado.

Em conformidade com a pesquisa, constatou-se os seguintes produtos que geram renda, quais sejam: a mandioca, que é usada na fabricação da farinha que é vendida em saco para os atravessadores no mercado da Prainha, na cidade de Santarém/Pa; o milho que é vendido em grãos, em uma pequena quantidade, sendo que a maior parte da produção é destinada para a alimentação de animais como o pato, a galinha e o porco; o arroz, que compromete apenas uma pequena parcela para a comercialização, sendo utilizado mais para o consumo das famílias assentadas.

Figura 4: Produção de farinha na Comunidade Nova Vitória



Fonte: LEAL, Fred (2017)

Além de gerarem rendas, esses produtos juntamente com as frutas, como a laranja, a tangerina, a pupunha, o abacate, o cupuaçu, o jambo e alguns tipos de legumes são cultivados para o próprio consumo.

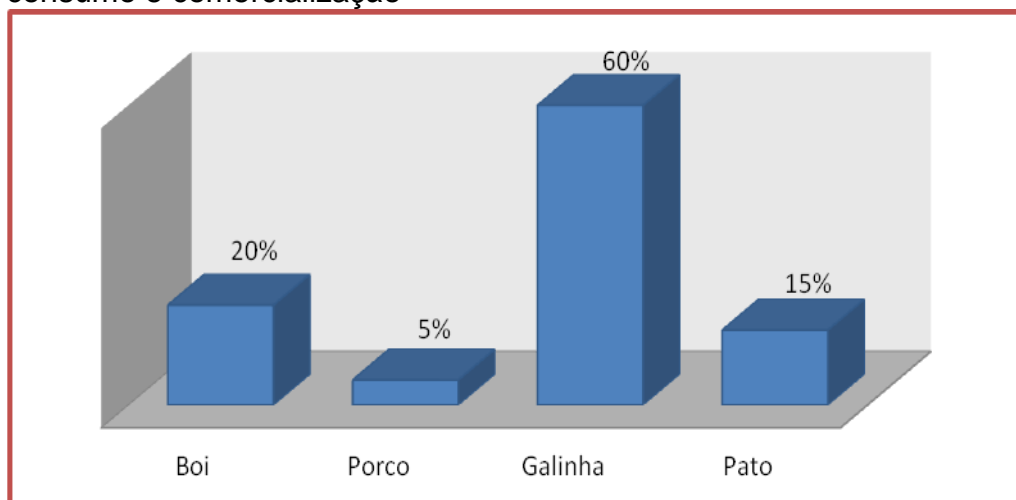
Figura 5: Produção legumes e verduras na Comunidade Nova Vitória



Fonte: LEAL, Fred (2017)

A criação de animais também pôde ser notificada na comunidade Nova Vitória, destacando-se as galinhas, os patos e os gados bovinos e suínos (Gráfico 2). Destes, o gado é comercializado em pé ou abatido no matadouro local para o comércio da carne.

Gráfico 2 – Animais criados na Comunidade Nova Vitória para próprio consumo e comercialização



Fonte: Dados coletados na Pesquisa de campo. Out/2017

Figura 6: Criação de animais na Comunidade Nova Vitória – (A) Suínos; (B) Galinhas



Fonte: LEAL, Fred (2017)

A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2016) se posiciona a respeito dessa atividade, relatando que a mesma é apontada como um fator satisfatório, visto que 79% dos porcos e 31% das aves (galinha e frangos), no Estado do Pará, são decorrentes da agricultura familiar.

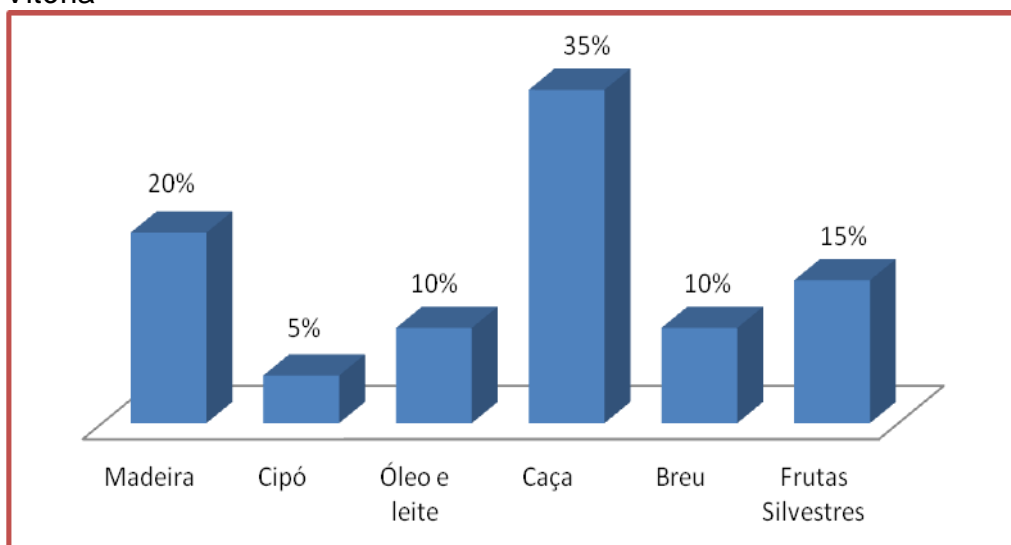
Os assentados da comunidade Nova Vitória desenvolvem o extrativismo vegetal e animal, retirando das florestas produtos como: madeira (Cedurana, Marupã, Itaúba e Jarana) que é comercializada em tiras para serem revendidas nas serrarias e, depois, serem beneficiadas e comercializadas.

O cipó, também é retirado da floresta, sendo o mesmo empregado pelos assentados na fabricação de vassouras, paneiros e cestos para seu próprio uso.

Com relação aos óleos e leite, alguns como: andiroba, copaíba, sucuba e amapá são utilizados na medicina caseira, revendida para atravessadores venderem nas feiras da cidade de Santarém. O breu, por sua vez, é utilizado para calafetar as canoas usadas pelos pescadores.

Dependendo do período ainda são extraídas da floresta as frutas silvestres que são valorizadas e degustadas pelos moradores das cidades vizinhas como Santarém e Prainha, frutas como: uixi, piquiá, pajurá, açaí, pitomba, castanha-do-pará e castanha maranhuta, esta comum na área de várzea, e a semente do cumaru.

Gráfico 3 – Produtos extraídos da floresta na Comunidade Nova Vitória



Fonte: Dados coletados na Pesquisa de campo. Out/2017

O gráfico acima revela que dentre os produtos extraídos da floresta na comunidade Nova Vitória, a caça é a que mais se destaca, com 35%, seguido da madeira (20%), frutas silvestres (15%), breu (10%), óleo e leite (10%) e cipó (5%).

Figura 7: Cultivo de pimenta do reino na Comunidade Nova Vitória



Fonte: LEAL, Fred (2017)

4 CONCLUSÃO

O presente estudo teve a finalidade de analisar sobre a agricultura camponesa na comunidade Nova Vitória, localizada no PAE Ituqui. No decorrer da pesquisa foi possível compreender que a questão agrária em Santarém é caracterizada pela existência de conflitos, envolvendo a posse da terra, fato este que decorre da irregular distribuição e estrutura fundiária, principalmente, no Estado do Pará.

Entretanto, diversos projetos de assentamento no oeste paraense foram criados com a finalidade de obtenção de terra por meio de arrecadação. Dentre os projetos criados, pode-se destacar o PAE Ituqui, composto por dezessete comunidades, entre as quais se aponta Nova Vitória.

Nessa comunidade, é possível constatar a presença da agricultura familiar, porém, os assentados desse projeto desenvolvem suas atividades sem terem suporte técnico e infraestrutura adequada, produzem o que se pode considerar suficiente para o seu consumo e de sua família, mas não para suprir suas necessidades básicas.

Dentre os produtos cultivados, pode-se destacar a mandioca, a pimenta-do-reino, o arroz, o milho, as frutas, os legumes e as verduras, sendo que destes os que geram renda são: a pimenta-do-reino, a mandioca, o arroz e o milho, o restante é cultivado somente para o consumo próprio e da família.

Também para consumo próprio, observou-se o desenvolvimento da criação de galinhas, porcos, bois e patos. Desse grupo de animais, apenas o boi é comercializado. O extrativismo vegetal e animal também contribuem para a renda da população local, através da comercialização de madeiras, óleos e leites retirados da floresta. Alguns produtos oriundos da atividade extrativista são próprios para o consumo dos assentados da comunidade em questão, como: frutas silvestres, breu, cipós, óleos e leites.

Conclui-se, portanto, que a comunidade Nova Vitória é um local que tem a agricultura camponesa como principal fonte de renda, mesmo não havendo suporte apropriado para o desenvolvimento dessa atividade. Entretanto, os produtos cultivados, a criação de animais e a atividade extrativista são fatores os quais vem somar para a renda dos assentados do referido local, assim como também, contribuem para a sobrevivência dos mesmos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ludmila Caminha. **O processo de apropriação privada de terras públicas em Santarém, État du Para**. 2010. Disponível em: <http://www.agter.asso.fr/IMG/pdf/etude_de_cas_accaparement_c2a-bresil.pdf>. Acesso em 26 Set. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.110. **Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**, Brasília, 9 julho 1970.

_____. **Estatuto da Terra. Lei 4.504 de 30 de Novembro de 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm>. Acesso em: 26 Set. 2017.

_____. **Lei 8.629**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, Brasília, 25 Fevereiro 1993.

CARNEIRO, Celivaldo; WAUGHAN, Sara. **Conflito a vista pela posse da terra Borari**. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadesantarem.com.br/cidade/conflito-a-vista-pela-posse-da-terra-borari/>>. Acesso em: 27 Set. 2017.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Na sombra da imaginação, a recamponesação do Brasil**. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/6artigodomes_2010.pdf>. Acesso em: 15 Out. 2017.

CORREA, Silvia da Silva; RIBEIRO, Arlyson Fernando Alves; SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Regularização fundiária e populações tradicionais na Amazônia: uma análise das tipologias dos projetos de assentamentos na região oeste do Pará. **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404132391_ARQUIVO_ArtigoCompletoCBG.pdf>. Acesso em: 26 Set. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição, São Paulo: Atlas, 2002.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra nos estados. Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Disponível em: <painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 15 Out. 2017.

_____. **Reforma agrária**. 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reformaagraria>>. Acesso em: 26 Set. 2017.

QUINTANS, Mariana Trotta. Políticas públicas e conflitos no campo do Pará: o papel das varas agrárias. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Rio Branco-Acre, 20 a 23 de julho de 2008. Disponível em: <<http://www.saber.org.br/palestra/9/742.pdf>>. Acesso em: 26 Set. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-par%C3%A1-lidera-produ%C3%A7%C3%A3o-nacional-de-mandioca>>. Acesso em: 08 Out. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. rev. e atual. 6ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Sheila Braz Cristino; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Campesinato, agricultura familiar e agronegócio: disputas e conflitos. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1394_1.pdf>. Acesso em: 15 Out. 2017.

SILVA, Tereza Jesus da. **Agricultura camponesa: a produção e comercialização dos produtos agrícolas no município de Jangada-MT**. 2014. 53fl. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo), Universidade de Brasília, Planaltina, DF. 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9981/1/2014_TerezaJesusDaSilva.pdf>. Acesso em: 15 Out. 2017.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: Acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 2ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.